

---

## **EDUCAÇÃO POLÍTICA: O ENSINO DO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO EM SALA DE AULA**

### **EDUCATION POLICY: THE TEACHING OF THE ELECTORAL PROCESS IN BRAZILIAN CLASSROOM**

---

Andressa de Rodrigues Flores  
Acadêmica de História do Centro Universitário Franciscano e Bolsista PIBID/CAPES  
andressarflores@ig.com.br

Pâmela Pozzer Centeno Nunes  
Acadêmica de História do Centro Universitário Franciscano e Bolsista PIBID/CAPES  
pammy\_pozzer@hotmail.com

**RESUMO:** O presente artigo trata sobre um projeto desenvolvido pelos bolsistas PIBID, subprojeto História, a respeito da evolução do processo eleitoral brasileiro. Diferentemente da ideia de que falar de política é um assunto delicado e perigoso, pois corre-se o risco dos alunos entenderem o trabalho como uma forma de doutrinação ou propaganda partidária, o que se buscou com essa atividade foi esclarecer algumas questões sobre a questão do voto e das eleições, e, conseqüentemente, da democracia no país. Ocorreu a apresentação para os estudantes da evolução da política nacional, desde a vinda da Família Real Portuguesa até o momento presente, passando pela Política dos Coronéis, criação da Justiça Eleitoral, voto feminino, Diretas Já e, outros importantes fatos relacionados ao tema. Para que o assunto e os debates não acabem na sala-de-aula, buscou-se a participação da família, com a distribuição de um questionário contendo onze perguntas. Este questionário serviu de base para que o aluno fizesse uma entrevista com algum conhecido que tenha participado, ao menos uma vez, do processo eleitoral e, forme sua opinião e reflexões sobre a política nacional. O grupo percebe que pouco se reflete sobre política, e isso faz falta, pois deve-se entender que ela está presente na nossa vida e deve ser debatida. Conscientizar sobre a importância da conquista do direito do voto, para que eles entendam seus deveres e direitos de cidadãos.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação política. PIBID. Sistema eleitoral.

**ABSTRACT:** This article discusses a project developed by scholars PIBID, subproject History, about the evolution of the Brazilian electoral process. Unlike the idea that talking about politics is a delicate and dangerous subject because it runs the risk of students understand the work as a form of indoctrination or political propaganda, what is sought in this activity was to clarify some issues about the issue of voting and elections, and thus democracy in the country. The presentation to students of the evolution of national policy has occurred, since the coming of the Portuguese Royal Family to date, through the Policy of the Colonels, creation of elections, women's suffrage, Direct Now and other important facts related to the topic. For that matter and discussions do not end up in the living-class, sought the participation of the family, with the distribution of a questionnaire containing eleven questions. This questionnaire was the basis for the student to do an interview with a colleague who participated, at least once, the electoral process and learn their opinions and reflections on national policy. The group realizes that reflects little about politics, and this is lacking, as it must be understood

that it is present in our lives and should be debated. Awareness about the importance of winning the right to vote, so that they understand their duties and rights of citizens.

**KEYWORDS:** Political education. PIBID. Electoral system.

## Introdução

Discute-se até que ponto é papel do professor e da escola tratar sobre a questão política em sala de aula. Existe um consenso, quase que comum, de que assuntos como religião, futebol e política são temas intocáveis, tabus, os quais gerariam discussões que levariam a ofensas pessoais e brigas entre os alunos, pois cada um acabaria defendendo o seu ponto de vista e a sua preferência pessoal.

Buscando acabar com este mito, o grupo de bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), subprojeto História, em parceria com a Escola Augusto Ruschi<sup>1</sup> elaborou um projeto intitulado Educação Política em Sala de Aula: retrospectivas do sistema eleitoral brasileiro, o qual foi apresentado para as turmas de oitava série do ensino fundamental e, primeiro ano do ensino médio sob a orientação da supervisora Jucemara Rossato<sup>2</sup>.

As notícias sobre má administração de verbas públicas fazem com que seja cada vez mais comum encontrarmos pessoas com posições negativas quanto a este assunto. Assim como cita Marcelo Ridenti (1992), fica evidente que, “aos poucos nos acostumamos com toda essa situação. É como se ela fosse natural, inevitável. Vamos perdendo a capacidade de nos indignar. A violência do cotidiano social, político e econômico se banalizam”. Esquecemos que a “política não é apenas um discurso ou uma atividade própria de um grupo a ela dedicado diariamente, mas é parte integrante da sociedade desde a sua constituição, permeando todas as relações sociais. Onde há dois ou mais indivíduos se relacionando, algum nível de negociação está sendo realizado” (MAGALHÃES, 1998, p. 17).

Falar sobre política dentro da sala de aula deve ser incentivado e tratado com “transparência e clareza para que se formem cidadãos mais esclarecidos sobre o poder que exercem na democracia” (GOMES, 2014). A Constituição de 1988, no seu capítulo III – Da

<sup>1</sup>Escola Augusto Ruschi, localizada na região oeste da cidade de Santa Maria/RS.

<sup>2</sup> Supervisora do Subprojeto PIBID/História na Escola Augusto Ruschi.

Educação, da Cultura e do Desporto, no seu artigo 205, reafirma isso ao dizer que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

### **Aspectos abordados sobre a evolução do sistema eleitoral brasileiro**

Atualmente, a cada dois anos o povo vai às urnas para escolher os seus representantes, mas para que esse direito fosse estabelecido perante lei, houve um processo lento, excludente e sofrido. O processo eleitoral brasileiro foi se aperfeiçoando ao longo do tempo. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil (1500) até o final da ditadura militar (1985), a nação brasileira passou por vários momentos de crise, medo, insegurança, ameaças e mortes, devido à instabilidade no que se refere à escolha dos governantes. Os primeiros fatos marcantes relacionados a eleições do Brasil enquanto colônia se deram em 1555 e 1821. A cada etapa que estava sendo abordada com os alunos, procuramos fazer associações com conteúdos já trabalhados em sala de aula e com assuntos da atualidade.

#### **a) Das Ordenações do Reino ao fim do Império**

No ano de 1555, as primeiras normas eleitorais entraram em vigência no Brasil e passaram a ser chamadas de “Ordenações do Reino”. Estas ordenações foram criadas no final da Idade Média, e eram politicamente regidas pela monarquia. Sendo o Brasil uma colônia portuguesa, cabia ao rei ordenar as relações individuais e coletivas a serem estabelecidas nas colônias. Estas ordenações tiveram regência até 1821, quando o Clero, o exército e a nobreza se revoltaram e passaram a exigir uma monarquia constitucional. Sendo assim, em 1821 D. João VI convoca a primeira eleição geral para estabelecer a nova corte no Brasil.

Logo após a primeira eleição geral, veio a Independência do Brasil, a nova nação se vê diante de um complexo e confuso sistema eleitoral a ser aperfeiçoado. O Brasil, enquanto império funcionava com as ordens estabelecidas pela Monarquia. Através da Constituinte de 1824, as novas regras impediam a maioria da população de participar da vida política na sociedade. A concessão do direito ao voto era dada aos “cidadãos brasileiros do sexo masculino que tivessem mais de vinte e cinco anos e uma renda anual de cem mil réis” (BRASIL, 2013, p. 35), ou seja, nobres, burocratas, militares, comerciantes ricos, senhores de

engenho e homens de posses mesmo analfabetos. Mulheres e escravos eram vetados de votar e, com a constituição de 1842, que previa que a cédula fosse assinada, acabaram por impedir os analfabetos deste direito.

Diante dos problemas enfrentados pelo Império Brasileiro, veio então à renúncia de D. Pedro I. Este deixou o trono ao seu filho, que ainda era menor de idade e por esta razão não poderia assumir o trono. O Brasil passa então a viver o período regencial que vai de 1834 até 1840, ano em que há o Golpe da Maioridade, onde D. Pedro II assume o poder. . O próximo acontecimento marcante nesta evolução eleitoral se deu em 1881, com a chamada “Lei Saraiva” que previa a divisão das províncias em distritos, o voto secreto e eleições diretas.

Durante a República Velha entra em evidência o chamado “coronelismo”, onde grandes proprietários de terras exerciam poder de forma autoritária nas províncias, entre suas principais características estava à compra de voto e o uso da violência. Uma grande herança deixada pelo Império foi a criação dos partidos políticos, que surgiram no século XIX: Partido Liberal (1831), Partido Conservador (1837), Partido Progressista (1862), Partido Liberal Radical (1862), Partido Liberal (1869), Partido Republicano (1870). O Partido Republicano foi fundado por uma ala do Partido Liberal Radical e possuía ideais revolucionários. Assim,

Com o aparecimento desses partidos, ainda pouco estáveis, as lutas políticas ganharam intensidade. E era nos dias de eleição que os adversários se enfrentavam e procuravam ou ganhá-las ou tirar a limpo as suas questões. As lutas políticas, antes das eleições, obedeciam à certa moderação, quase que se restringiam a discussões no Parlamento. (RODRIGUES, 200, p. 121).

Em 1875 é aprovada a Lei do Terço, que em resumo previa que quem tivesse o maior número de votos, em uma escala decrescente, seria eleito. Nesta época também começaram a se destacar as coligações entre os partidos, fato tão comum nos dias atuais. Esta Lei do Terço segundo Rodrigues (2005),

Não era um processo proporcional. Simplesmente dividia os cargos eletivos a preencher em dois terços para a maioria e um terço para a minoria. Mas os partidos geralmente não se apresentavam sozinhos, e sim em coligações. A coligação que vencesse, ganhando os dois terços, seria formada de elementos de mais de um partido. E nas câmaras, seria difícil garantir que a unidade

obtida nas eleições seria mantida no plenário. Assim, maioria era um conceito que se relacionava mais com uma vitória eleitoral do que propriamente com uma organização de governo (RODRIGUES, 2005, p. 210).

Com a formação dos partidos políticos, coligações, leis que definiam quem poderia votar e o fim da escravidão, os líderes republicanos passam a reivindicar a República. A crise no Império e a desmoralização da Família Real tornam-se inevitável.

#### b) República

No início do período Republicano, o Brasil ainda se desenvolveu de forma lenta, pois, as intrigas no governo e os partidos políticos colocaram em cheque os ideais a serem seguidos. Durante a República Velha entra em evidência o chamado “coronelismo”, onde grandes proprietários de terras exerciam poder de forma autoritária nas províncias, entre suas principais características estava à compra de voto e o uso da violência.

Nessa sociedade, analfabetos ainda eram excluídos de votar, assim como a figura feminina, que ocupava uma função determinada, conforme é destacada na Constituição Brasileira, “de mãe, esposa e filha. Em decorrência da definição rígida dos papéis, às mulheres não era permitido estudar, trabalhar, tampouco exercer atividades políticas que eram de exclusiva responsabilidade dos chefes de família (BRASIL, 2010, p. 84).

Esta história só vai mudar em 1932, quando mulheres, viúvas e solteiras, com renda própria passaram a votar de forma facultativa, mas somente no ano de 1946 a obrigatoriedade foi estabelecida.

Mesmo com tantos avanços no processo eleitoral, nesta época ainda era muito comum ocorrer fraudes, devido à escassez de meios para fazer uma eleição mais segura e também a falta de fiscalização adequada. Cabia às paróquias conferir quem estava apto a votar, servir de curral eleitoral e expedir o título do eleitor.

Com o fim da República Velha, em 1930, com a tomada do poder por Getúlio Vargas, a história das eleições brasileira parecia encaminhar-se para novas modificações.

Mas, já entre 1937 a 1945, no chamado Estado Novo, não houve eleições no Brasil. Getúlio Vargas “extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos existentes, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleição indireta para presidente da República, com

mandato de seis anos” (BRASIL, 2010, p. 53), assim, ele conseguiu centralizar todos os poderes políticos em suas mãos.

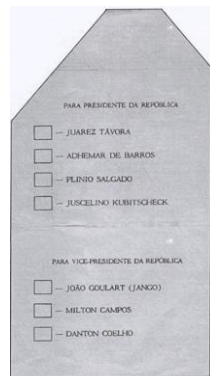
Este foi um período bastante controverso da história do país. Vargas mantinha sua política interna com uma forte inspiração dos governos autoritários que surgiram na Europa – o nazismo, franquismo e fascismo –, mas sua política externa era de apoio total às democracias ocidentais, as quais lutavam contra estes mesmos governos ditatoriais, assim sendo, vivia-se uma contradição exacerbada o Brasil.

Devido a isso, descontentamentos foram gerados, e a população foi para as ruas, pedindo o fim do Estado Novo. Assim, sem conseguir prolongar a ditadura, em 1945, Getúlio anuncia eleições gerais e, em 1946, têm-se um novo presidente no Brasil, o general Dutra (BRASIL, 2010, p. 53-54).

Grandes mudanças na política ocorreram durante estas décadas: a obrigatoriedade e sigilo do voto foram aperfeiçoados; para evitar fraudes nas eleições passou-se a usar a chamada “cédula oficial, em 1955, (figura 1), nessa época o uso da cédula oficial ainda não era obrigatório; também foi estabelecida a Justiça Eleitoral no ano de 1932, a fim de evitar fraudes e servir para a construção de base para o exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 2010, p. 7).

Tudo parecia correr bem no que se refere à prática eleitoreira, até o então presidente Jânio Quadros renunciar à presidência e, em 1964 ser instalada a Ditadura Civil-Militar. Foram 21 anos de luta do povo em busca da democracia. No início deste período houve a criação dos dois únicos partidos políticos, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

**Figura 1:** Primeira cédula oficial utilizada no Brasil. Eleições para presidente, 1955.





Fonte: Página do Tribunal Superior Eleitoral

Vale observar que, de 1964 a 1985, os governos militares não romperam completamente com o regime representativo, havendo no período a realização de eleições diretas para alguns cargos. Com o fim do Regime Militar houve a ascensão do multipartidarismo, (PMDB, PDS, PTB, PDT e PT) e deu-se início uma nova história para a política brasileira. Assim a Constituição de 1988 (figura 2) marca o retorno do regime civil no Brasil.

**Figura 2:** promulgação da Constituição de 1988, o principal marco da redemocratização do Brasil



Fonte – Página do Senado Federal

Por isso, a Constituição de 1988, também é chamada de Constituição Cidadã, por que:

Ampliou o rol dos direitos sociais e políticos. Assegurou a liberdade de expressão, de reunião, garantiu o direito à privacidade, à inviolabilidade do domicílio e da correspondência, proibiu a prisão sem decisão judicial: tudo isso em contraponto a práticas do regime anterior, das quais se buscava o distanciamento (BRASIL, 2010, p. 73-74)

Portanto, do século XIX ao início do XXI há alguns avanços no sistema eleitoral, estes avanços são a modificação e fixação do atual título eleitoral, o uso da urna eletrônica para votação e apuração dos votos, plebiscitos e referendos para que decisões importantes para o país passassem pela aprovação do povo.

## O projeto PIBID: Política em Sala de Aula

### Oficina do Historiador

Revista discente do Programa  
de Pós-Graduação em História  
- PUORS

Suplemento especial 204  
eISSN 2178-3748



Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial - eISSN 21783748 – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.2006-2018.

2012

A escola deve ser valorizada no debate político, pois ela “é uma instituição criada para a formação moral e intelectual, incluindo valores, conhecimentos e habilidades necessárias para a ação política” (RESENDE, 2010, p. 51). E, à medida que as sociedades ficam mais complexas, esta necessidade é ainda mais urgente.

Em vista de hoje entender-se que o papel do professor não pode se limitar “a reproduzir o conhecimento e a cultura que outros desenvolveram [...] hoje precisa ser um profissional capaz de criar conhecimento” (GADOTTI, 2003, p. 22).

Algumas perguntas nortearam o trabalho do grupo de bolsistas na Escola, identificados na figura 3 como “Você já parou para pensar porque mesmo vivendo em um país livre democraticamente somos obrigados a votar”? ou ainda “Como o Brasil, colonizado e governado durante séculos por portugueses, sofreu uma crise imperial que com o passar do tempo e, de diversos acontecimentos políticos, tornou-se uma República? Onde, durante a República, foi atentado contra a sua democracia, através de uma ditadura cruel e torturadora, e hoje através do voto popular possui uma mulher como representante da nação? ”

**Figura 3:** apresentação dos bolsistas para os alunos sobre o processo eleitoral brasileiro



Fonte – Acervo pessoal, subprojeto PIBID/UNIFRA

**Figura 4 :** vista externa da Escola E. de Ed. Básica Augusto Ruschi.





Fonte – Acervo pessoal, subprojeto PIBID/UNIFRA .

Frente a estas questões, o projeto constou de duas fases: a primeira delas sendo uma apresentação para os alunos da evolução do processo eleitoral do país (figura 5 e 6) e, uma segunda etapa com a distribuição de um questionário com onze perguntas referentes à política nacional, que serviu como roteiro para uma entrevista que os estudantes fizeram com um parente, ou amigo que já tivesse, no mínimo, utilizado o seu direito de voto uma vez.

**Figura 5:** alunos durante a apresentação do projeto.



Fonte – acervo pessoal dos bolsistas PIBID/História

**Figura 6:** apresentação do projeto para os alunos.



Fonte – acervo pessoal dos bolsistas PIBID/ História

No questionário a ser respondido por alguém mais velho da família contém perguntas que instigam entrevistador e entrevistado a analisar o seu dever de cidadão. Entre estes questionamentos está a posição do entrevistado em relação à obrigatoriedade do voto, sobre a atual política brasileira e interrogações a cerca da votação em eleições passadas, bem como

plebiscitos e referendos. Além destes itens já citados, questionamos também quais seriam as prioridades a serem atendidas pelos órgãos públicos e a necessidade de uma reforma política. Entre os temas que despertaram a atenção dos alunos está o antigo voto cabresto que, segundo as experiências compartilhadas pelos alunos, se mantém viva na comunidade em que residem e estudam. Presenciaram a tentativa de compra de voto através de construção e pintura de muros que cercam suas residências, de doações de sexta básica e até mesmo promessa de um novo emprego.

Abandonando a mera transmissão do saber escolar, não executando apenas currículo oficial, pois “a educação já não é mais propriedade da escola, mas de toda a comunidade” (GADOTTI, 2003, p. 25). Sabe-se que “o êxito do ensino não depende tanto do conhecimento do professor, mas da sua capacidade de criar espaços de aprendizagem” (GADOTTI, 2003, p. 41) e, foi isso que se buscou, tanto com a apresentação quanto a distribuição dos questionários. Questionários estes, que servirão de base para um trabalho futuro sobre como a política atual é vista, não mais só pelo viés dos alunos, mas agora pelo olhar de seus familiares.

Durante a realização dessa atividade, houve uma estimulante troca de ideias com os alunos, que colocaram suas opiniões sobre os assuntos tratados de forma aberta e esclarecedora. Com essa oportunidade de conversa, conseguiu-se mostrar de forma efetiva que estávamos dispostos a ouvir o que eles tinham para falar e acrescentar outras ideias, outros pontos de vistas, adquiridos tanto com a nossa experiência e também com os estudos feitos relativos ao tema.

Já ocorreu por parte da Direção da Escola Augusto Ruschi, um convite para que o grupo de bolsistas apresente este trabalho sobre a retrospectiva do nosso processo eleitoral para os pais dos alunos. Assim, aqueles que se sentirem atraídos pelo assunto, desejarem saber mais alguma coisa sobre a política do Brasil, serão recebidos e chamados a discutir um pouco mais sobre o tema. Dessa forma, conseguiremos fazer com que o conhecimento adquirido não fique apenas dentro da sala de aula, não fique somente na instituição escolar, mas que ele circule, pela comunidade em que estes estudantes estão inseridos, trazendo a questão histórica para mais perto do cotidiano do aluno e do seu familiar.

## Considerações Finais

### Oficina do Historiador

Revista discente do Programa  
de Pós-Graduação em História  
- PUORS

Suplemento especial 204  
eISSN 2178-3748



Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial - eISSN 21783748 – I EPHIS/PUORS - 27 a 29.05.2014, p.2006-2018.

2015

Com a experiência em sala de aula que o PIBID proporciona, observa-se uma aprendizagem prática sobre o convívio entre aluno e professor, a dificuldade e a satisfação de receber a confiança de jovens, que tem como natural de sua idade a sede de conhecimento e a desconfiança.

É prática comum do ser humano, no momento em que se encontra de frente com um novo desafio, o sentimento de dúvida, pois, especialmente neste caso, em que se trata da eleição de novos líderes de governo, cria-se por parte dos cidadãos muitas expectativas positivas para o futuro.

Ao chegar em uma nova escola, com alunos que nunca tínhamos visto antes, buscou-se construir uma relação de companheirismo, pois assim, teríamos a chance de iniciar nosso projeto de forma mais amistosa. Em um primeiro momento, quando houve o encontro com os alunos com os quais se iria trabalhar, ocorreu um momento de hesitação, pois não se sabia como iria ser a reação dos estudantes. Logo, conseguiu-se notar que se tinha um grupo comprometido. O trabalho sobre a “Política em Sala de Aula”, estabelecido com os estudantes, foi de extrema importância para dar um enfoque ao papel do voto consciente e de consciência histórica, além de mostrar que eles também fazem parte da história. Ensinar não apenas o conteúdo histórico, mas sim incentivá-los a questionar o que muitas vezes parece óbvio para que possam se tornar cidadãos críticos.

Também cabe destacar a interação dos alunos com as respostas obtidas através do questionário de pesquisa, distribuído pelos bolsistas. Através destas respostas, os próprios alunos vieram a refletir sobre o nosso dever como cidadãos. Como uma pessoa pode cobrar de um político soluções se, nem ao menos lembra se nele votou e principalmente, quais foram suas propostas para os problemas da nação.

Durante um debate, salientamos aos estudantes, a necessidade de se manterem informados sobre os temas políticos atuais. Estes assuntos atuais devem ser levados em consideração na hora de decidir o voto, por exemplo, as atuais notícias vinculadas pela mídia, a cerca da má administração de verbas públicas e principalmente orientar estes alunos a averiguar as fontes de notícias que estão em voga sobre política

Dessa forma, o trabalho apresentado aos alunos, aponta à importância de inserir em sala de aula, juntamente com a disciplina de História, a evolução do sistema eleitoral

brasileiro em ordem cronológica. Destacamos de forma resumida como a história política se desenvolveu no Brasil, desde a chegada dos portugueses até os dias atuais.

Entre os planos para a continuação deste projeto está, uma apresentação para os pais dos alunos e para a comunidade do entorno escolar, a apresentação de um retrospecto do sistema eleitoral brasileiro, incluindo um tempo reservado para dúvidas que possam ser despertadas entre a comunidade. O grupo de bolsistas PIBID também pretende através dos questionários, dar segmento a uma pesquisa, e para isso contará com a colaboração dos demais alunos da escola e da comunidade escolar. Esta pesquisa será desenvolvida através de um levantamento de dados, feita pelos alunos com o apoio dos bolsistas.

Faz parte do cronograma que, futuramente designaremos aos alunos a trabalhos de pesquisa, que abrangerá a função dos cargos políticos e qual a finalidade das coligações partidárias. Também será feito um debate a cerca do atual sistema político brasileiro. Será abordada também a necessidade de uma reforma política, hipótese esta que entrou em voga após os protestos que se espalharam pelo Brasil no último ano.

Cabe à escola e à família este papel de orientação para o exercício da cidadania. Então diante do final desta primeira etapa, destacamos para os alunos, algumas maneiras de através das propostas de políticos, condutas dos mesmos e principalmente de seu histórico no serviço público como agir de forma consciente e crítica. Sabe-se que não será apenas com poucas aulas que essa aprendizagem ocorrerá, pois, é um trabalho contínuo e de persistência, mas o primeiro passo sempre tem que ser dado para isso acontecer. E foi o que o grupo de bolsistas, buscou, com a esperança que ocorra uma continuidade da formação de jovens cientes de seu papel na história e na sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2013.

DANTAS, Humberto. Apresentação: o caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. In.: DANTAS, Humberto. **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GOMES, Edson Garcia. **Consciência política também deve ser assunto na hora do jantar**. Disponível em < <http://economaiinterativa.com.br/consciencia-politica-tambem-deve-ser-assunto-na-hora-do-jantar/> >. Acesso em: 14 mai. 2014.

MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. **O povo sabe votar: uma visão antropológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RESENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. In.: DANTAS, Humberto. **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **Política pra quê?** São Paulo: Atual, 1992.

RODRIGUES, Manoel Ferreira. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. Brasília: TSE/SDI, 2005.

## Anexos

Anexo 1 Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/cedula-eleitoral-1>

Anexo 2 Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/>

Anexo 3-6: Acervo pessoal do subprojeto pibid história do Centro Universitário Franciscano.